



CPCJ

COMISSÃO DE PROTEÇÃO
DE CRIANÇAS E JOVENS

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE MIRANDELA DE 2014



INTRODUÇÃO

A Comissão de Proteção de Menores de Mirandela, criada em maio de 1995 e reorganizada em dezembro de 2000, passando a chamar-se Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), é uma instituição oficial não judiciária, com autonomia funcional, que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento integral.

Nos termos da alínea d) do artigo 24º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro (Lei de proteção de crianças e jovens em perigo), compete ao presidente elaborar o relatório anual de atividades e avaliação e submetê-lo à aprovação da comissão alargada. Compete a esta, por sua vez, nos termos da alínea h) do número 2. do artigo 18º do aludido diploma, aprovar o Relatório Anual de Atividades e Avaliação elaborado pelo presidente e enviá-lo à Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, à Assembleia Municipal e ao Ministério Público.

Embora essa seja uma competência própria e exclusiva do Presidente da CPCJ, para a sua elaboração houve que convocar os contributos valiosos dos restantes membros da Comissão Restrita e de outros técnicos adstritos à CPCJ de Mirandela.

O presente relatório procurará, com objetividade e racionalidade, traduzir o essencial da atividade da CPCJ de Mirandela durante o ano de 2014. Estamos, contudo, convictos que ele dificilmente conseguirá traduzir a motivação, o empenho e o entusiasmo de todos os comissários da CPCJ no exercício de uma nobre função de relevante interesse social e comunitário.

Para o resultado final contribuíram as instituições de Mirandela que deram o seu apoio e que souberam envolver-se num trabalho efetivo de parceria e de complementaridade a todos os títulos louvável e ímpar, numa área de intervenção complexa, difícil e muitas vezes extenuante porque muito exigente do ponto de vista emocional.

Procuramos e soubemos agir sempre em conformidade com o regime jurídico que nos circunscreve num sistema de jurisdição voluntária em observância dos princípios enformadores e orientadores da nossa intervenção, tais como os princípios do interesse superior das crianças e dos jovens, da intervenção precoce, da intervenção mínima, da proporcionalidade, da atualidade, da prevalência da família, da responsabilidade parental, da obrigatoriedade da informação, da audição obrigatória e da subsidiariedade. Em suma, procuramos agir sempre e exercer as nossas funções e atribuições em conformidade com a lei e com total imparcialidade e independência.

Em 2014 a intervenção da CCPJ continuou a ser marcada pela análise SWOT já realizada e que mantém atualidade. SWOT é a sigla dos termos ingleses *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). A Análise SWOT é um poderoso mecanismo utilizado para planeamento estratégico que consiste em colher dados essenciais que caracterizam o ambiente interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças) da empresa. A Análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análise ambiental, sendo a base da gestão e do planeamento estratégico numa empresa ou instituição.

Análise SWOT da CPCJ de Mirandela

	FORÇAS	FRAQUEZAS
AMBIENTE INTERNO	<ul style="list-style-type: none"> - Maior disponibilização temporal da Professora Tutora/representante do Ministério da Educação; - Existência de um espírito de equipa salutar; - Pessoal técnico qualificado com qualificações académicas diversas e complementares (direito, serviço social, psicologia, educação e saúde); - Integração de duas estagiárias; - Aplicação informática; - Apoio próximo do NACNNOR e da CNPCJP. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de respostas que permitam a aplicação diversificada de medidas de promoção e proteção, sobretudo para problemáticas mais específicas; - Existência de um espaço de atendimento deficitário (não garante a exigível privacidade); - Trabalho desgastante e sujeito a enorme pressão emocional e a stress permanente; - Reduzida disponibilidade temporal da maioria das técnicas da Comissão Restrita.
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
AMBIENTE EXTERNO	<ul style="list-style-type: none"> - Maior consciencialização dos direitos humanos e dos direitos das crianças; - Reforço dos mecanismos de sinalização, de resposta e de apoio a nível nacional; - Existência de uma Rede Social eficaz e eficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desumanização e individualismo nas relações interpessoais; - Desagregação da família clássica; - Crise económica e diminuição de rendimentos; - Diminuição qualitativa das relações de vizinhança.

1. COMPOSIÇÃO DA CPCJ DE MIRANDELA

Em 2014 a CPCJ de Mirandela funcionou no que concerne à sua composição com normalidade e sem qualquer alteração. Além do Presidente da CPCJ, Rui Fernando Moreira Magalhães, integraram a Comissão Restrita Maria Manuela Pinto Alves Teixeira (Secretária e elemento cooptado), Fernanda Maria do Sacramento Mesquita (Representante do Ministério da Educação que substituiu no ano letivo 2013/2014 Alexandra Prada), Maria dos Anúncios Padrão (Representante da Segurança Social) Helena Isabel Correia Silvestre (Representante do Centro de Saúde II, que tinha sido substituída durante o ano de 2013 por Sónia Felgueiras), Sandra Cristina Bento Gomes (ESPROARTE e elemento cooptado) e Fátima Cláudia Pimentel Pereira (Representante da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela).

A Comissão Alargada, além dos elementos já indicados da Comissão Restrita, foi assim formada:

Felicidade Alves Quintas (Casa do Menino Jesus de Mirandela) e Padre Manuel Ferreira Mendes (Fundação Salesianos) que se fizeram substituir pela Dr^a Isabel.

Maria Luísa Deimãos Lopes - Assembleia Municipal

David Martins Garrido - Assembleia Municipal

Fernanda da Conceição Ferreira Cerqueira - Assembleia Municipal

Rita Bárbara Pires Messias - Assembleia Municipal

Manuel Jorge Pires Teixeira - Delegação de Bragança do IPDJ

Capitão Luis Filipe Afonso dos Reis - GNR de Mirandela

Subcomissário Bruno André Rodrigues Machado - PSP de Mirandela

Luis Miguel Escoval Pires - Associação Cultural e Recreativo de Valbom dos Figos

Rui Miguel Costa de Sá/Sandra Vinhais - Representante das Associações de Pais

A Interlocutora do Ministério Público foi a Dra. Bárbara Rodrigues Pinheiro Campos. Integrou também a CPCJ de Mirandela no ano de 2014 a Neuza Gomes, gentilmente cedida uma manhã por semana pelo CLDS+.

2. REUNIÕES DA COMISSÃO ALARGADA

A Comissão Alargada procurou reunir de dois em dois meses, o que se tornou difícil atendendo ao facto de existirem dois ou três períodos de férias, um dos quais mais alongado, o das férias do verão.

Assim sendo, reuniu em 2014 no dia 15 de fevereiro, no dia 26 de junho e no dia 21 de novembro.

Nos dias 6 e 7 de outubro a Comissão Alargada reuniu com a Dr^a Noémia Bandeira da CNPCJR a fim de dar início ao diagnóstico do Projeto Tecer a Prevenção que servirá de base a um futuro Plano Local de Promoção dos Direitos e dos Deveres das Crianças e Jovens do Concelho de Mirandela.

3. REUNIÕES DA COMISSÃO RESTRITA

A Comissão Restrita reuniu, regra geral, todas as semanas às segundas-feiras, a partir das 14.30 horas. Na maioria das reuniões estiveram presentes os sete membros que a compõem.

As reuniões foram um espaço privilegiado para distribuir trabalho, para discussão e análise de casos, para marcação de entrevistas, de visitas domiciliárias ou outros contactos, para apresentação de propostas de medidas ou da sua revisão ou cessação e para prestação de informação, entre outras tarefas.

No final das reuniões, as técnicas trabalhavam os casos e os acompanhamentos concretos e decidiam a realização de visitas domiciliárias e outras diligências.

4. LOCAL DE ATENDIMENTO E CONDIÇÕES FÍSICAS, LOGÍSTICAS E MATERIAIS

Embora no passado as condições fossem deficitárias, o local de atendimento da CPCJ de Mirandela continua a não o ideal por razões de falta de privacidade mas prevê-se que durante o ano de 2015 possa haver novidade a esse nível com a transferências dos alunos da EsACT para o novo edifício.

A partir do ano de 2013, a CPCJ de Mirandela passou a dispor de uma nova máquina trituradora, o que permitiu a destruição dos processos já extintos, e de um novo computador.

Em 2014 foi equipada com ar condicionado, tendo estado em obras o edifício (Auditório Municipal) onde funciona a CPCJ de Mirandela.

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A CPCJ de Mirandela voltou a aderir ao **Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância**, em abril, tendo sido organizadas os seguintes eventos, cuja escolha teve em devida conta a avaliação efetuada em relação às atividades ocorridas em 2013:

MÊS DA PREVENÇÃO DOS MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA 2014



MIRANDELA

PROGRAMA

16 DE ABRIL 14.30 HORAS

"Os Sinais identificadores dos maus Tratos na Infância: Como Agir?"

Profª Drª Teresa Magalhães
Auditório Municipal de Mirandela

23 DE ABRIL 14.30 HORAS

"A Brincar e a Rir o Bullying vamos Prevenir"

Drª Cátia Vaz
Auditório Municipal de Mirandela

29 DE ABRIL 14.30 HORAS

"Movimento contra o Discurso do Ódio: Não ao Ódio"
Campanha Europeia de Jovens pelos Direitos Humanos
Exposição sobre os Maus Tratos Infantis

IPDJ de Bragança
Auditório Municipal de Mirandela

30 DE ABRIL SEMINÁRIO FINAL - DAS 9 ÀS 17 HORAS

(Programa em Cartaz Autónomo)

"A EDUCAÇÃO PARENTAL E A FUNÇÃO DA ESCOLA"

Intervenções da Drª Adriana Campos, da Profª Drª Ana Tomás de Almeida, do Projeto Municipal Concelhio de Educação Parental de Vila Nova de Famalicão e de instituições locais.
Auditório Municipal de Mirandela



OUTRAS INICIATIVAS:

- Publicação de um artigo num jornal local sobre a perspectiva dos idosos sobre os maus tratos (O Antes e o Agora: Que Diferenças?) - Santa Casa da Misericórdia
- Construção de cata-ventos em fundo azul com os direitos das crianças a colocar num jardim público - Loja Ponto Já e CLDS+
- Distribuição de desdobráveis e panfletos de sensibilização
- Realização de um Programa na Rádio Terra Quente sobre a CPCJ e os Direitos das Crianças
- Lançamento de balões por avião contendo os direitos das crianças com o apoio do Aero Clube de Mirandela.

MÊS DA PREVENÇÃO
MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA 2014

CPCJ **MIRANDELA**

PROGRAMA DO SEMINÁRIO FINAL
A EDUCAÇÃO PARENTAL E A FUNÇÃO DA ESCOLA

30 DE ABRIL

9.00 horas: Abertura do Secretariado
 9.30 horas: Sessão de Abertura
 Eng. António Branco, Presidente da CMM
 Dr. Armando Leandro, Presidente da CNCJR
 Dr. Rui Magalhães, Presidente da CPCJ de Mirandela

10.00 horas: «Prevenção de Comportamentos de Risco na Adolescência: o papel da família e da escola»
 Drª Adriana Campos

10.45 horas: INTERVALO

11.00 horas: «Programa de Educação Parental: Como motivar os pais?»
 Profª Drª Ana Tomás de Almeida

11.45 horas: Projeto Concelhio de Educação Parental de Vila Nova de Famalicão
 Dr. Leonel Rocha, Vereador da CM de Vila Nova de Famalicão

12.15 horas: DEBATE

12.30 horas: ALMOÇO

14.30 horas: CPCJ de Mirandela: os acordos de promoção e protecção.
 14.50 horas: Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais (EMAT's)
 15.10 horas: Equipa Local de Intervenção Precoce e o envolvimento parental

15.30 horas: INTERVALO

15.45 horas: Gabinete de Apoio à Família do CLDS+
 16.00 horas: Projecto Incentivo do Programa Escolhas: o envolvimento dos alunos e das famílias.
 16.15 horas: DEBATE
 16.30 horas: ENCERRAMENTO



Seminário sujeito a inscrição prévia ou no próprio dia.
 CPCJ de Mirandela - Rua General Mario Sarmento Pinheiro, 5370-288 MIRANDELA
 Telefone: 278 201 590 Telemóvel: 934 662 158
 Mail: cpcjmd@gmail.com
 Direito a Certificado de Participação

MÊS DA PREVENÇÃO
MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA 2014

CPCJ **MIRANDELA**

29 DE ABRIL 14.30 HORAS

Auditório Municipal de Mirandela

"Movimento contra o Discurso do Ódio: Não ao Ódio"

Campanha Europeia de Jovens pelos Direitos do Homem

 **Jovens pelos Direitos Humanos Online**

Exposição sobre os Maus Tratos Infantis
 Drª Flávia Lucas (Psicóloga)

Organização: IPDJ de Bragança
 Apoios: Loja Ponta 38 de Mirandela
 CPCJ de Mirandela



MÊS DA PREVENÇÃO
MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA 2014

CPCJ **MIRANDELA**

23 DE ABRIL 14.30 HORAS

Auditório Municipal de Mirandela

"A Brincar e a Rir o Bullying vamos Prevenir"

Drª Cátia Vaz
 Educadora Social



Os participantes terão direito a um Certificado de Presença, não sendo necessária inscrição prévia.

MÊS DA PREVENÇÃO
MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA 2014

CPCJ **MIRANDELA**

16 DE ABRIL 14.30 HORAS

Auditório Municipal de Mirandela

Workshop

"Os Sinais identificadores dos maus Tratos na Infância: Como Agir?"

Oradora: Profª Drª Teresa Magalhães

Profª Drª Teresa Magalhães, médica especialista em maus tratos infantis e pertencente ao Departamento de Medicina Legal e Ciências Forenses da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, ao Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. e à SPECAN (Sociedade Portuguesa para o Estudo da Criança Abusada e Negligenciada).

Os participantes terão direito a um Certificado de Presença, não sendo necessária inscrição prévia.

OUTRAS AÇÕES QUE CONTARAM COM A PRESENÇA DO PRESIDENTE:

- Reuniões do CLASMIR: o Presidente da CPCJ de Mirandela tem assento nas reuniões do CLASMIR e em 2014 esteve presente das reuniões do dia 6 de março, 19 de setembro.

- Apresentação do livro infantil de Paulo Pontes «O Planeta Terra» no dia 2 de abril;

- Visita ao CAFAP (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental) da ASAS de Santo Tirso na companhia da Senhora Vereadora Deolinda Ricardo, no Coordenador Técnico do CLDS+, Eng. Luís Pereira e da Técnica do CLDS+, Dr^a Paula Queridinha; o CLDS+ tem em funcionamento um Gabinete de Apoio às crianças, jovens e famílias e pretende também investir em atividades de educação parental.



- Visita ao Agrupamento de Escolas de Escolas de Pedome, concelho de Vila Nova de Famalicão, para conhecimento do Projeto Concelhio de Educação Parental na companhia do Coordenador do CLDS+ e de técnicas dessa estrutura.

- Reunião de Trabalho na Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra com a Dr^a Filomena Gaspar no dia 17 de julho por causa do Projeto Concelhio de Educação Parental.

- Presença numa reunião no dia 26 de setembro no Porto com a Comissão de Revisão da Lei de Promoção e de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo.

- Presença numa reunião no dia 22 de outubro do Grupo de Trabalho indicado pela CNPCJR para planeamento do processo de formação das CPCJ's.

- O Dia Internacional da Convenção para os Direitos da Criança (CDC) comemora-se a 20 de novembro e o CLDS+, com a colaboração da CPCJ de Mirandela, comemorou esse dia na Rua da República, onde expôs trabalhos realizados por alunos do 1º CEB sobre direitos das crianças.



- Workshop sobre «Respostas Sociais Existentes» que teve lugar no Auditório da Escola Secundária de Mirandela no dia 19 de Março;

- O Presidente da CPCJ participou nas seguintes ações de formação com relevância para a temática das crianças e jovens em risco ou em perigo:

- 16 de dezembro de 2014 **Workshop «Elaboração de Planos Municipais para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação»**
Salesianos
CIG
- 11 de dezembro de 2014 **Educar para Prevenir**
CLDS +
Auditório da Escola Secundária de Mirandela
- 01 de dezembro de 2014 **«A Proteção dos Consumidores como Contributo para a Inclusão Social»**
DECO
2 horas
Auditório Municipal de Mirandela
- 26 de setembro de 2014 **Participação numa Sessão Conjunta de Reflexão sobre a Revisão da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo**
Centro Distrital da Segurança Social do Porto
- 15 de julho de 2014 **Seminário “Para Pais, sobre Filhos»**
Ação de Educação Parental
CLDS+ e CPCJ de Mirandela
Drª Susana Amaral
Auditório Municipal de Mirandela
- 10 de julho de 2014 **Seminário «Comissões de Proteção de Crianças e Jovens: As Especificidades de cada Região na Edificação dos Direitos da Criança»**
Auditório da Assembleia Municipal de Mondim de Basto
CPCJ de Mondim de Basto
- 07 de julho de 2014 **Apresentação do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças**
CPCJ de Arganil
Salão Nobre da CM de Arganil
- 19 de junho de 2014 **Apresentação Pública do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças**
CPCJ de Tábua
Centro Cultural de Tábua
- 30 de abril de 2014 **Seminário Final do Mês da Prevenção dos Maus Tratos da Infância**
CPCJ de Mirandela
Auditório Municipal de Mirandela
- 23 de abril de 2014 **«A Brincar e a Rir o Bullying Vamos Prevenir»**
CPCJ de Mirandela
Drª. Cátia Vaz
Auditório Municipal de Mirandela
- 16 de abril de 2014 **Os Sinais Identificadores de Maus Tratos: Como Agir?**
CPCJ de Mirandela
Drª Teresa Magalhães
Auditório Municipal de Mirandela

- As restantes comissárias da CPCJ de Mirandela estiveram também presentes em algumas das formações e seminários onde esteve o Presidente e noutros eventos realizados noutros locais; a Dr^a Fátima Pereira esteve presente no dia 04 de Junho nas IV Jornadas Transfronteiriças da Rede Europeia Anti-Pobreza; a Prof^a Fernanda Mesquita esteve presente nas seguintes ações:

- 6 de fevereiro de 2014: Auditório Municipal de Mirandela, formação destinada aos **Juízes Sociais** do Concelho - Dr.^a Fátima Pereira.

- **Fórum sobre Absentismo, Abandono Escolar, Prevenção Precoce e Proteção**, que decorreu em Torres Novas, no dia 17 de maio de 2014, e no qual estiveram presentes: o Dr. Armando Leandro- Presidente Nacional da CPCJ, a Dr.^a Teresa Espírito Santo que, além de trabalhar na Comissão Nacional da CPCJ, é também representante do ME nessa mesma instituição, o Dr. José Alberto Duarte que representava neste Fórum o ME, entre outros;

- Dia 31 de maio, Workshop intitulado: **“PNL (Programação Neurolinguística) e Gestão Emocional para o ensino e formação”**, realizado no Campus da UTAD- Universidade de Trás-os-Montes, com a duração total de 6 horas;

- Ação de Formação subordinada ao tema: **“Família: estrutura, competências, responsabilidade e problemáticas na atualidade”**, realizada em Alijó, nos dias 21 e 28 de maio de 2014 - Dr.^a Susana Amaral;

- Apresentação pública do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças, Projeto: **“Tecer a prevenção”**, realizado no Centro Cultural de Tábua, no dia 19 de junho de 2014, e organizado pela Câmara Municipal dessa mesma cidade;

- Seminário: **“ CQEP: Pontes para a Educação, Formação e Trabalho”** realizado no Auditório Municipal de Mirandela, no dia 25 de junho de 2014, promovido pelo Centro para a Qualificação e Ensino Profissional da Consultua;

- Curso de **“Formação Profissional de Família”**: Estrutura, Competências, Responsabilidades e Problemáticas na Atualidade, em 28/06/2014, com a duração de 20 horas e que decorreu na cidade de Viseu;

- Apresentação do Projeto: **“Garantia Jovem”**, realizado em Bragança, no dia 3 de julho de 2014 e organizado pelo IEFP dessa cidade;

- Apresentação pública do **Plano Local de Promoção dos Direitos da Criança 2014-2016**, promovida pelo Município de Arganil e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Arganil, realizada no dia 7 de Julho de 2014, no Salão Nobre dos Paços do Concelho;

- Seminário: “ **Para pais, sobre filhos**”- Ação de Formação Parental, realizada no dia 15 de julho de 2014, pelas 14h30, no auditório Municipal de Mirandela- Dr.ª Susana Amaral;

- Conferência: “**Os Novos Pobres e Exclusão Social**”, promovida pela Câmara Municipal de Valpaços, no dia 13 de outubro de 2014, no Pavilhão Multiusos de Valpaços;

- Sessão Informativa: “**A Proteção dos Consumidores como contributo para a inclusão social**”, promovida pela DECO, em parceria com a Câmara Municipal de Mirandela, que decorreu no dia 1 de dezembro de 2014, com a duração de 2 horas;

- Seminário “**Educar para Prevenir**”, realizado no dia 11 de dezembro de 2014, pelas 21 horas, no Auditório da Escola Secundária de Mirandela, como oradora;

- “**4º Curso de Formação em Proteção à Infância e Juventude**”, com a duração de 40 horas, promovida e dinamizada pela Comissão Nacional da CPCJ e dinamizada pela Drª Teresa Espírito Santo, Prof. José Carlos Sousa, Drª Ana Batista e Drª Emília Pedrosa.

- Presença numa ação de informação e sensibilização: “ **Respostas sociais para os/as diretores/as de turma**”, dia 19 de Março na Escola Secundária;

- O Presidente da CPCJ participou também em várias reuniões do consórcio do **Programa Escolhas**, sendo a CPCJ um dos parceiros. O Escolhas é um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural - ACIDI, IP, cuja missão é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. Atualmente na sua 5ª geração, decorrerá até 31 de dezembro de 2015;

- Tem havido também partilha entre os comissários de documentação e legislação de interesse, as quais são amiúdas vezes enviadas a todas as CPCJ’s do País por se entender ser fundamental disseminar boas práticas e foram também adquiridos vários livros dedicados à problemática da promoção dos direitos e da proteção das crianças e jovens a utilizar por todos os comissários.



7. MOVIMENTO PROCESSUAL 2014



O movimento processual foi retirado do sistema informático e, face aos anos anteriores, verificou-se um acréscimo global do número de processos de promoção e proteção instaurados, cuja sinalização proveio de sobremaneira do Agrupamento de Escolas de Mirandela. A problemática dominante foi o abandono e o absentismo escolares.

Vejamos os números mais em concreto, os quais constarão mais em pormenor no anexos do presente documento, salientando-se os seguintes dados:

Do ano de 2013 transitaram 44 processos e foram 50 instaurados (46 novos processos e 4 recebidos de outras CPCJ's). Foram reabertos 9 processos. No total a CPCJ de Mirandela teve 105 processos. Destas, 31 foram arquivados na fase preliminar e 19 na fase pós-preliminar. Tal significa que houve 50 saídas e que foram 53 os processos ativos.

Foram acompanhadas 98 crianças/jovens. Foram na sua grande maioria do escalão etário 15-17 anos (41), logo seguido do escalão etário 11-14 anos (19). Das 98 crianças/jovens, 50 eram do sexo masculino e 48 do sexo feminino. Apenas um dos jovens, do sexo feminino, tinha uma deficiência.

Como é bom de entender, a grande maioria das crianças e jovens é de nacionalidade portuguesa.

Em relação à problemática assinalada temos os seguintes números:

- Negligência: 11
- Abandono escolar: 10
- Consumo de álcool: 8
- Outros comportamentos: 7
- Absentismo escolar: 5
- Ausência temporária de suporte familiar ou outro: 3
- Outras situações de perigo: 2
- Ofensa física: 2

-
- Comportamentos graves antissociais: 1
 - Exposição a comportamentos que possam comprometer o seu desenvolvimento: 1

 - Não aplicáveis: 55

As entidades que mais sinalizaram à CPCJ de Mirandela em 2014 foram os estabelecimentos de ensino (20), logo seguido das autoridades policiais (15).

A modalidade de contacto prevalecte foi a informação por escrito (48), logo seguida pela presencial (4), pelo correio eletrónico (3) e pelo telefone (3).

Foram celebrados 5 acordos de promoção e proteção e aplicadas as seguintes medidas:

- Acolhimento em instituição: 22 (apenas 3 novos em 2014 porque os outros transitam de anos anteriores)
- Apoio junto dos pais: 20
- Apoio junto de outro familiar: 2
- Confiança a pessoa idónea: 2
- Acolhimento familiar: 1



Não houve procedimentos de urgência previstos nos artigos 91º e 92º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro.

Dos 31 processos arquivados liminarmente, em 24 a situação de perigo já não se confirmava, em 4 a situação de perigo já não subsistia e em 3 as crianças/jovens passaram a residir fora do território nacional.

Dos 19 processos/cessados em 2014, em 7 a situação já não subsistia, em 2 o menor atingiu a maioridade e em 2 por ter passado a residir fora do território nacional.

Dos 55 processos ativos, 22 estavam em análise preliminar, 4 em avaliação diagnóstica, 3 em deliberação e contratualização e 26 em execução e acompanhamento. As problemáticas mais assinaláveis eram:

- Negligência: 18
- Criança abandonada ou entregue a si própria: 6
- Ausência temporária de suporte familiar ou outro: 6
- Absentismo escolar: 4
- Outros comportamentos: 3
- Outras situações de perigo: 3
- Abandono escolar: 2
- Consumo de bebidas alcoólicas: 2
- Exposição a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento: 2
- Abuso sexual: 2
- Ofensas físicas: 2
- Aliciamento sexual: 1
- Ausência permanente de suporte familiar ou outro: 1
- Outras situações de perigo: 3



Aprovado, por unanimidade, em Reunião da Comissão Alargada de 23 de janeiro de 2015

9. AVALIAÇÃO FINAL DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2014

Da análise do movimento processual de 2014, é fácil concluir que houve um número considerável de sinalizações, embora na maioria não se tivesse confirmado a situação de perigo ou risco. Tal significa que, por uma questão de segurança, as autoridades policiais e o Agrupamento de Escolas recorrem com mais frequência à CPCJ de Mirandela. Tal pode também ser consequência de uma nova abordagem da articulação entre a CPCJ de Mirandela e o Agrupamento de Escolas de Mirandela e o empenho da Professora Tutora do Ministério da Educação. Continuaram a ser preponderantes as situações de negligência e de absentismo e abandono escolares, o que convoca uma maior articulação com o Agrupamento de Escolas de Mirandela.

A CPCJ de Mirandela sentiu também a necessidade da existência de um sistema informático partilhado entre a CPCJ, Ministério Público e autoridades policiais que permita de imediato saber qual a situação das crianças e jovens sinalizados. Urge sinalizar bem e encaminhar bem as situações para quem de direito. O ano de 2014 serviu para reforçar algumas ideias que vimos defendendo já há algum tempo. É fundamental reforçar o tempo de permanência dos técnicos na CPCJ de Mirandela, sobretudo na Comissão restrita para que se possa investir mais em ações na comunidade, em tarefas de informação e sensibilização, em projetos de educação e aconselhamento parental, em prevenção primária e noutro tipo de iniciativas para reforço do papel da CPCJ de Mirandela.

Apesar da experiência já acumulada, entendemos que deve ser reforçada a componente da formação dos técnicos da responsabilidade da CNCJR. Ninguém sabe tudo e há que reciclar, atualizar e aprofundar conhecimentos e temáticas, em áreas que estão a ser exploradas de forma tímida como a intervenção precoce, o acolhimento familiar e institucional, a adoção, a sinalização dos maus tratos, o abuso sexual, a violência no namoro, entre outros temas do desenvolvimento integral da criança e do jovem. Dessas ações devem beneficiar todos os técnicos que trabalham nas entidades de primeiro e segundo níveis, de sobremaneira os profissionais dos ramos da educação, da saúde, da ação social e das forças de segurança. O caminho será sempre o da construção de uma profunda e sentida cultura de respeito pelos interesses e pelos direitos das crianças.

Ao nível da rede social é essencial aprimorar as parcerias, partilhar conhecimentos e experiências e disseminar as boas práticas. É também elementar dar verdadeira prevalência à família para que seja possível às crianças e aos jovens crescer de preferência na sua família natural ou perto dela, a não ser que ela revele total desinteresse pelo seu destino ou incapacidade para bem cuidar, educar e formar. Julgamos que a esse nível ainda há um longo caminho a percorrer em Portugal e a CPCJ de Mirandela continuará disposta a dar o seu humilde contributo de forma virtuosa e corajosa.

Aprovado, por unanimidade, em Reunião da Comissão Alargada de 23 de janeiro de 2015

ANEXOS

PROJETO TECER A PREVENÇÃO

PROGRAMA CONCELHIO DE EDUCAÇÃO PARENTAL

CLDS+ DE MIRANDELA

PROGRAMA ESCOLHAS – PROJECTO INCENTIVAR

PROJETO TECER A PREVENÇÃO



“Contribuir para uma cultura de prevenção primária no domínio dos direitos da criança constitui uma das missões mais relevantes que o sistema de promoção e proteção confia às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens”¹, pelo que se considera imprescindível o fortalecimento das Comissões de Proteção, na sua modalidade alargada. Nela está corporizado o conhecimento necessário à ação nesta área e se reflete a perspetiva da comunidade face à visão e à intervenção da sua responsabilidade na esfera da promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do jovem.

A legitimidade das CPCJ repousa em boa parte na constituição e funcionamento da modalidade alargada, constituindo-se como “redes de expressão e de comunicação” e de decisão “ baseadas nos objetivos e não em hierarquias” (Guerra, 2000). Daqui decorre uma lógica de funcionamento horizontal na qual o coletivo de representantes das entidades públicas e privadas, numa relação de proximidade e de corresponsabilidade com a comunidade, assume a tradução, em ação concreta, do direito, constitucionalmente consagrado (art. 69º), das crianças e dos jovens “à proteção da sociedade e do estado”.

Neste sentido, o aprofundamento das dimensões éticas e cívicas da sua missão, do saber específico do contexto em que atuam e do exercício profissional qualificado no âmbito da promoção de uma cultura de prevenção, impõem-se num tempo em que a intervenção a propósito das situações de perigo (modalidade restrita), mobiliza a maior parte da energia e da atenção das Comissões de Proteção.

Neste contexto de ação, assume relevo a ideia de que o coletivo de membros das Comissões de Proteção, é detentor de saberes específicos e complementares e que, deste saber, emerge a importância da consciencialização do papel e responsabilidade que cada um deve assumir, no contexto desta parceria de ação, fazendo apelo a uma pedagogia da participação.

A motivação e a energia para a ação decorrem do que antes foi dito e ainda da capacidade para construir interações, entre os membros, baseadas na confiança e satisfação pessoal/profissional e na assunção de objetivos e projetos comuns, valores identitários essenciais, tendentes à concretização da missão das Comissões de Proteção.

Os Relatórios de Atividade e os Encontro de Avaliação Anual da Atividade das CPCJ, têm demonstrado assinaláveis conquistas na intervenção das Comissões de Proteção. No entanto, revelaram ainda a necessidade de reforço e qualificação da intervenção das Comissões de Proteção, no quadro das competências específicas da modalidade alargada.

A valorização da singularidade da intervenção das Comissões, a promoção da sua identidade e o reconhecimento social pelo contributo que prestam ao Sistema de Proteção, a par das dificuldades sentidas e expressas pelas Comissões de Proteção no cabal cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, constituem o motivo e o fundamento da iniciativa da Comissão Nacional de desenvolvimento deste Projeto.

Objetivos Gerais

Os objetivos gerais a atingir com a realização do presente projeto são os seguintes:

- Reforçar o papel das Comissões de Proteção, na modalidade alargada, enquanto fonte essencial de legitimidade das CPCJ e promotora de uma cultura de prevenção, no domínio da promoção e proteção das crianças e jovens;

¹ LEANDRO, Armando, in comunicação apresentada na Comissão de Proteção da Trofa, março de 2008

-
- Promover o reconhecimento interno e externo das CPCJ, enquanto entidades/espacos de conhecimento, de intervencao e de mobilizacao da sociedade local para a promocao e protecao dos direitos das criancas e jovens;
 - Estimular uma intervencao focada nos valores, principios, missao e visao, na perspetiva do reforco do papel das Comissoes de Protecao na construcao de uma intervencao comunitaria planeada e efetivada, em articulacao com as entidades com competencia em materia de juventude, com a rede social e outras parcerias locais;
 - Reforcar o dialogo e a cooperacao entre a Comissao Nacional e as Comissoes de Protecao, no sentido do aprofundamento da filosofia e dos instrumentos de concretizacao do sistema de promocao e protecao;

Resultados Esperados

Pretende-se com o desenvolvimento do Projeto, a nivel global, alcançar os seguintes resultados:

- a) **Auto diagnóstico** quanto ao funcionamento/organizacao da CPCJ na sua modalidade alargada para um exercicio qualificado das competencias previstas legalmente (pontos fortes e oportunidades de melhoria);
- b) **Conhecimento produzido e descrito em relatório** sobre o contexto social local, no que respeita às problemáticas e respetivos fatores de risco e protecao de criancas e jovens e aos fatores de mudanca dessa mesma realidade (Diagnóstico);
- c) **Plano Local de Promocao e Protecao dos Direitos da Crianca**, elaborado de modo participado e validado por todos os membros da Comissao, articulado com as demais intervencoes na área temática das criancas e jovens e **apresentado** à comunidade;
- d) **Identificacao e disseminacao de Boas Praticas** no quadro da intervencao das CPCJ na modalidade alargada.

Metodologia

O Projeto adota a **metodologia participativa de projeto** como matriz metodológica, na qual os conceitos e pratica de planeamento e participacao assumem importancia capital.

Esta metodologia assenta na estruturacao da intervencao de forma planeada e participada e toma como **ponto de partida a realidade concreta de cada Comissao de Protecao**, tornando claro, para todos os intervenientes, os objetivos, o percurso e o sentido de mudanca a prosseguir.

Ao adotar esta matriz metodológica, incorpora-se a ideia de **obter conhecimento e alterar o contexto da açao**, preocupacoes presentes na metodologia de pesquisa-açao, e o objetivo de assumir **percursos dinamicos, gerados em equipa e pela equipa**.

A **metodologia participativa de projeto** apela a novas formas de relacao/comunicacao entre as pessoas/profissionais e as entidades que representam e destas com a comunidade, e favorece uma tomada de consciencia e implicacao na concretizacao da missao para a qual foram constituídas.

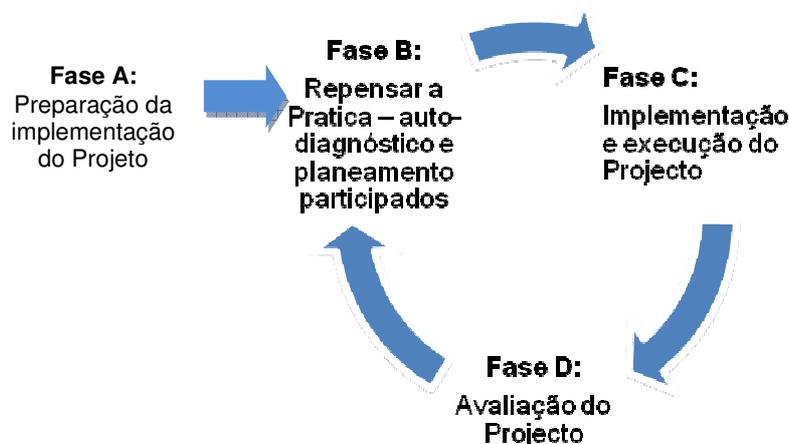
As Comissoes constituem-se, assim, coletiva e individualmente, na pessoa de cada um dos seus membros e nas entidades que representam, como autores e atores de producao de conhecimento e de açao criativa, geradora de mudanca, numa logica horizontal de comunicacao, de tomada de decisao e de intervencao conseqüente.

A Equipa de Facilitadores, na pessoa de cada um dos seus membros, assume, no desenvolvimento do Projeto, o papel de facilitador do percurso, apoiando tecnicamente a dinamica e a açao de cada Comissao e dinamizando momentos de reflexao/ formacao.

Fases do Projeto - Piloto

A implementação do Projeto estrutura-se num percurso, definido em 4 fases principais, que não são estanques e pressupõem um sentido de retroação entre si.

As diversas fases têm a seguinte representação diagramática:



Fase A - Preparação da implementação do Projeto-piloto

Esta etapa, prévia à implementação do Projeto, apresenta os seguintes **objetivos específicos**:

- a) Implicar os diferentes intervenientes na apreciação do projeto-piloto recolhendo sugestões de melhoria;
- b) Motivar coletivamente o compromisso dos intervenientes para com os resultados a atingir;
- c) Organizar o processo de participação dos intervenientes ao longo das diferentes fases do Projeto.

Contempla as seguintes ações:

1. **Sessões de apresentação e debate**, recolha de contributos e validação do Projeto
2. **Organização/calendarização** do desenvolvimento do Projeto, em cada uma das CPCJ que aderem ao Projeto.

Fase B - Repensar a prática - (auto) diagnóstico e planeamento participados

Esta fase é determinante para a qualificação do percurso que cada Comissão desenha para o desenvolvimento do projeto já que, é neste espaço, que cada CPCJ conquista coletivamente a apropriação crítica do seu saber, saber fazer e saber estar, no contexto do sistema de promoção e proteção e equaciona as mudanças a operar no funcionamento e organização da Comissão de Proteção na modalidade alargada.

É importante a participação ativa de todos os membros, de modo a que o auto diagnóstico contemple a visão (institucional e pessoal) de todos os membros da Comissão.

Esta fase apresenta os seguintes **objetivos específicos**:

- a) Implicar os membros da Comissão em praticas reflexivas e de autoavaliação;
- b) Reforçar a capacidade de pensar, planear e agir estrategicamente;
- c) Promover o compromisso coletivo com o desenvolvimento do projeto;

Contempla as seguintes ações:

1. Sessões de auto diagnóstico (pontos fortes e oportunidades de melhoria) quanto ao funcionamento/organização e exercício da missão e competências previstas legalmente;
2. Elaboração do documento síntese do autodiagnóstico;
3. Elaboração do Projeto específico de cada CPCJ, tendo por referencia os resultados do auto diagnóstico e o referencial do Projeto contido no documento orientador. O Projeto deve clarificar as ações a desenvolver, os responsáveis de execução e a respetiva calendarização.

Fase C - Implementação/Execução do projeto

Sugere-se, nesta fase o aprofundamento do conhecimento do Sistema de Promoção e Proteção nos princípios e valores que o sustentam e do papel das Comissões de Proteção, bem como de temáticas relacionadas com a sua ação, nomeadamente as relativas à comunicação, negociação, marketing social e planeamento estratégico;

Releva-se a importância da adoção de metodologias participativas que promovam um diálogo criador e a corresponsabilização de todos os intervenientes na assumpção e concretização da missão atribuída às Comissões de Proteção;

Esta fase tem como **objetivos específicos**:

- a) Qualificar a intervenção da Comissão mediante a clarificação da visão e da missão das CPCJ e da sistematização e operacionalização do conhecimento em ação inovadora;
- b) Assegurar a implementação das ações definidas no Projeto (especifico de cada Comissão) e a respetiva eficácia na prossecução dos seus objetivos;

Contempla as seguintes ações:

1. Dinamização da **formação em exercício**, cujo roteiro temático deve ser construído coletivamente, a partir das necessidades identificadas pelos membros das CPCJ.
2. (Re) elaboração dos **instrumentos de planeamento/programação e avaliação da ação**, com especial realce para o **Diagnóstico e Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança**.
3. **Apresentação pública dos resultados do Projeto** designadamente do **Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças**.

Fase D - Avaliação do Projeto

A presente fase deve ser entendida como parte integrante do processo de intervenção, na qual, de modo sistemático, se perspetiva a correção e melhoria do Projeto, ao nível do seu desenvolvimento. Neste sentido a construção do plano de avaliação e respetivos instrumentos deve ser prévia à intervenção e deve ser construída pelos intervenientes no Projeto.

Faz-se a opção neste projeto pela modalidade de autoavaliação, na qual a equipa que avalia é a mesma que executa o Projeto, podendo ter apoio externo e devendo fazer recurso a instrumentos formais de recolha e síntese da informação.

A avaliação assume-se assim enquanto processo e espaço formativo, promovendo momentos reflexivos sobre e para a ação.

PROGRAMA CONCELHIO DE EDUCAÇÃO PARENTAL



O Município de Vila Nova de Famalicão com as escolas que integram da Rede Local de Educação e Formação do Concelho, encontra-se a desenvolver o Projeto Concelhio de Educação Parental, com o objetivo de apoiar os pais a responder aos desafios com que se confrontam e a proporcionar contextos de promoção de uma parentalidade positiva. Este projeto conta com o apoio científico da Prof. Doutora Filomena Gaspar, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Nos estabelecimentos de ensino foi criada uma equipa de profissionais que está procurando atingir o lema do projeto: Escolas Amigas das Famílias. Constituída por um comissário escolar para a parentalidade e conselheiros de orientação parental está disponível para apoiar os pais no exercício dos seus papéis parentais. Estas equipas escolares são coordenadas, trabalhando em rede, em estreita parceria com a Equipa Municipal da Parentalidade, que, por sua vez, faz a ponte com a Coordenadora Científica do Projeto.

Estas equipas desenvolvem um conjunto de ações, nomeadamente, aconselhamento individual e oferta de participação em programas de educação parental. Desenvolvem-se ações de formação que foquem formas de disciplina não violenta, que promovam relações saudáveis entre pais e filhos e que orientem os pais para comportamentos de controlo disciplinar, construtivos e positivos, adequados ao desenvolvimento da criança e jovem e respeitadores dos seus interesses e opiniões.

Será o Diretor de Turma/Professor Titular a ativar o contato com a equipa de profissionais de orientação da Parentalidade, ou através do contato direto desta equipa de profissionais de apoio parental disponibilizados no site da escola.

Missão: tornar as “ESCOLAS AMIGAS DA FAMÍLIA”

Objetivos:

- aumentar o envolvimento parental na dinâmica escolar e desta forma, fomentar o sucesso académico dos alunos;
- desenvolver medidas de apoio que fortaleçam a capacidade da família e as competências dos pais para preservarem o ambiente familiar e as condições suficientes e adequadas com vista a promover o desenvolvimento da criança/jovem.

Fonte: http://www.vilanovadefamalicao.org/_educacao_parental_2

CLDS+ DE MIRANDELA



Com o objetivo de contribuir para o aumento da empregabilidade, para um combate articulado contra a pobreza crítica, em especial garantindo uma maior proteção às crianças, aos jovens e aos idosos, sempre tendo em mente a aposta num superior desenvolvimento local e especial atenção na concretização de medidas que promovam a inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade, o Concelho de Mirandela foi abrangido pelo Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social +.

Aos CLDS+ é ainda aberta a oportunidade de serem potenciados através da Rede Social que, enquanto plataforma que envolve e articula as autarquias, as entidades públicas e ou privadas renova a intervenção social, conjugando os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e de exclusão, promovendo o desenvolvimento social local através da parceria.

O Plano de Ação a executar foi aprovado por unanimidade em reunião de CLAS de 2 de julho de 2013, tendo sido escolhida como Entidade Coordenadora Local da Parceria a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela.

Constam do Plano de Ação do CLDS + de Mirandela 3 Eixos de Ação, onde se destacam as seguintes ações:

Eixo 1:

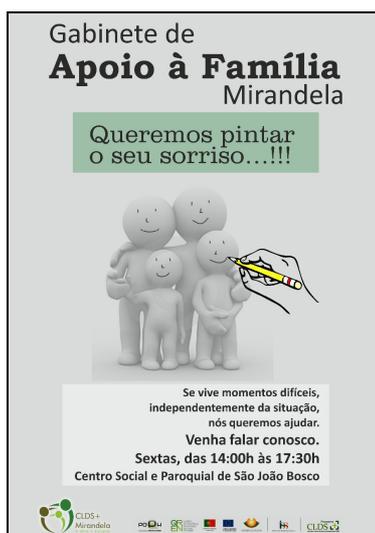
1. Criação de um Gabinete de Apoio à Inserção(GAI);
2. Criação de um web-site do CLDS+ de Mirandela;
3. Dinamização do Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor – GAEE;
4. Promoção da adesão das entidades publicas e privadas sem fins lucrativos à medida trabalho socialmente necessário e/ou atividade socialmente útil;
5. Realização com os recursos humanos/parcerias do GAEE de ações de formação para os alunos dotando os participantes de informação e capacitação para o empreendedorismo;
6. Realização para os anos letivos de 2013/2014 e 2014/2015 de um concurso de ideias para os alunos do secundários com apresentação em sessão pública no final de cada ano letivo das ideias dos alunos, com a presença das entidades empregadoras locais e outras instituições;
7. Criação de grupo de trabalho para orientação profissional dos alunos que concluíram a escolaridade obrigatória em parceria com a CPCJ, Programa Escolhas, Agrupamento Escolas, Escolas profissionais, IEFP, entre outros;
8. Promoção de reuniões de trabalho entre as entidades referidas para definição de um modelo de constante observatório de alunos em situação de abandono escolar.

Eixo 2

1. Criação de um centro cívico, que terá um gabinete de apoio e encaminhamento às crianças, jovens e famílias. O edifício proposto para o Centro Cívico encontra-se localizado no centro da cidade de Mirandela e este plano de ação contempla a verba necessária para a sua remodelação;
2. Promoção de reuniões de trabalho entre as entidades parceiras para definição de um modelo de constante observatório de crianças, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social;
3. Criação de um Gabinete de Apoio às crianças, jovens e famílias. A sinalização provirá do observatório criado em trabalho de parceria. A equipa técnica do Gabinete provirá da equipa do CLDS+ em colaboração com as instituições parceiras;
4. Realização de workshops e ações de formação e informação sobre competências pessoais (projetos de vida, ações de formação e sensibilização na área da saúde, gestão do orçamento familiar, educação e emprego) e ações de formação e informação ou outras sobre competências sociais e cívicas;
5. Concentração no Centro Cívico, em colaboração com os parceiros da ação, de unidades de atendimento descentralizado para crianças, jovens e famílias num conceito de complementaridade de recursos e em parceria permanente com a equipa técnica do CLDS+. Pretende-se transformar o Centro Cívico numa espécie de loja social do cidadão;
6. Dinamização de atividades no âmbito da formação parental.

Eixo 3

1. Promoção da criação de cooperativas, sejam económicas, sociais ou de jovens e agrupamentos de produtores de forma a capacitar as pessoas para a vida em comunidade e suas vantagens, efetuando ao mesmo tempo o levantamento e divulgação dos incentivos ou apoios à criação de cooperativas ou agrupamentos de produtores;
2. Execução de Estudos económicos e financeiros para a instalação de novas cooperativas ou agrupamentos de produtores;
3. Execução de estudos para a instalação de novas associações no âmbito da equipa técnica do CLDS+.



Fonte: <http://www.clds-mirandela.pt>

PROGRAMA ESCOLHAS

PROJECTO INCENTIVAR



O Programa Escolhas foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de janeiro, e, posteriormente, renovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004, de 30 de abril, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2006, de 26 de junho, e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2009, de 23 de julho.

Pensado com a função de promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, o Programa Escolhas tem como objetivos principais a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

O Programa estrutura -se em cinco áreas estratégicas de intervenção:

- a) Inclusão escolar e educação não formal;
- b) Formação profissional e empregabilidade;
- c) Dinamização comunitária e cidadania;
- d) Inclusão digital;
- e) Empreendedorismo e capacitação.

A área estratégica da inclusão escolar e educação não formal (que é a que mais nos interessa) admite as seguintes ações:

- a) Combate ao abandono escolar precoce, através do encaminhamento escolar de crianças e jovens para respostas já existentes;
- b) Combate ao abandono escolar precoce, através da criação de novas respostas educativas;
- c) Promoção do sucesso escolar, dentro ou fora da escola, através do desenvolvimento de competências pessoais, sociais e cognitivas por via da educação formal e não formal;
- d) Corresponsabilização dos familiares no processo de supervisão parental.

A Santa Casa, seguindo a política de intervenção social e comunitária e o combate à pobreza candidatou-se ao Programa Escolhas de 5.ª Geração, apresentando um projeto reformulado. A candidatura centra-se nas medidas I, II, III, IV e V, procurando incidir a sua intervenção no apoio e acompanhamento de crianças e jovens dos 6 aos 18 anos do concelho de Mirandela e em situação de grande exclusão social e em risco de abandono escolar. Com este novo projeto pretende-se criar espaços de apoio individual e familiar, numa intervenção sistemática e desenvolver atividades lúdicas, pedagógicas, recreativas, desportivas e formativas sempre numa perspetiva de prevenção primária e precoce. O projeto incentivador está a ser desenvolvido em parceria com o Centro Juvenil Salesiano, Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro, Escola Secundária, Câmara Municipal, Junta de Freguesia, CPCJ de Mirandela, Consultua e Segurança Social.

Fontes: Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012 e Relatório de Atividades da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela